

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E AVALIAÇÃO

ARTIGO 1.º

(Objeto e âmbito)

- O presente Regulamento estabelece as regras aplicáveis à composição, funcionamento e competências da Comissão de Nomeações e Avaliação da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (adiante designada por "REN" ou "Sociedade").
- 2. A Comissão de Nomeações e Avaliação é instituída de acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento do Conselho de Administração, em cumprimento das recomendações em matéria de governo societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), com dois objetivos principais:
 - (i) apoiar o Conselho de Administração na preparação de planos de sucessão para os membros executivos do Conselho de Administração e formular recomendações relativas ao perfil dos candidatos para futuras nomeações para o Conselho de Administração; e (ii) prestar assistência ao Conselho de Administração na avaliação do desempenho global do Conselho de Administração, dos seus membros executivos e das suas comissões especializadas.
- 3. O disposto no presente Regulamento aplica-se a todos os membros da Comissão de Nomeações e Avaliação, os quais devem observar as regras nele contidas, independentemente do momento e do modo da respetiva designação, sendo-lhes disponibilizada, para o efeito, uma cópia integral do mesmo, pelo Secretário da Sociedade, imediatamente após aquela designação.

ARTIGO 2.º

(Composição)

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a Comissão de Nomeações e Avaliação é composta por um máximo de 4 (quatro) membros, designados pelo Conselho de Administração de entre os seus membros não executivos, exceto no que respeita ao Presidente do Conselho de Administração o qual, se for um membro executivo, pode ser



designado para a Comissão de Nomeações e Avaliação, caso em que o disposto no artigo 5.°, n.° 5 do presente Regulamento lhe será aplicável.

- 2 A Comissão de Nomeações e Avaliação deve ser composta por uma maioria de administradores independentes.
- 3. O Presidente da Comissão de Nomeações e Avaliação deverá também ser designado pelo Conselho de Administração, de entre os seus membros independentes.
- 4 O mandato dos membros da Comissão de Nomeações e Avaliação coincide com o mandato do Conselho de Administração, terminando quando terminar o mandato do Conselho de Administração. Faltando definitivamente um membro da Comissão de Nomeações e Avaliação, o Conselho de Administração deverá decidir designar ou não designar um novo membro, desde que a composição da Comissão cumpra este Regulamento.

ARTIGO 3.º

(Competências)

- A Comissão de Nomeações e Avaliação é uma comissão com natureza informativa e consultiva cujas recomendações não são vinculativas.
- 2. Cabe à Comissão de Nomeações e Avaliação, especialmente:
 - a) Em matéria de nomeações
 - (i) Assistir o Conselho de Administração na identificação e seleção de potenciais candidatos para o Conselho de Administração e apresentar ao Conselho de Administração a lista das pessoas recomendadas para nomeação, de acordo com um conjunto de critérios e requisitos relativos ao perfil dos novos membros adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), considerando ainda requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do Conselho de Administração e para o equilíbrio na respetiva composição;



- (ii) Elaborar recomendações sobre as qualificações, conhecimentos e experiência profissional requeridos para os membros do Conselho de Administração;
- (iii) Assistir o Conselho de Administração na preparação da sucessão dos seus membros;
- (iv) Desempenhar outras competências ou responsabilidades delegadas na Comissão de Nomeações e Avaliação pelo Conselho de Administração no âmbito das suas funções.

b) Em matéria de avaliação:

- (i) Aconselhar o Conselho de Administração em relação às regras que devem reger
 o processo de avaliação anual, particularmente os indicadores-chave ("key
 performance indicators") de desempenho;
- (ii) Apoiar o Conselho de Administração na avaliação anual dos seus membros executivos, do desempenho global do Conselho de Administração e das comissões especializadas;
- (iii) Elaborar relatório relativo à avaliação dos membros executivos do Conselho de Administração, a apresentar à Comissão de Vencimentos até ao fim de março do ano seguinte;
- (iv) Desempenhar outras competências ou responsabilidades delegadas na Comissão de Nomeações e Avaliação pelo Conselho de Administração no âmbito das suas funções.
- 3. A fim de evitar incertezas, a Comissão de Nomeações e Avaliação não tem qualquer competência no que toca à definição da remuneração do Conselho de Administração mas a avaliação efetuada por esta Comissão poderá, potencial e indiretamente, ter impacto na referida remuneração.
- 4. A Comissão de Nomeações e Avaliação pode requerer ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva ou a qualquer outra comissão interna do Conselho de Administração, toda a informação, documentação e assistência necessários ao exercício das suas competências.



ARTIGO 4.º

(Reuniões da Comissão de Nomeações e Avaliação)

- As reuniões da Comissão de Nomeações e Avaliação têm lugar na sede da Sociedade ou em outro lugar designado para o efeito, podendo realizar-se com recurso a meios telemáticos e através de deliberações unânimes por escrito, nos termos da lei ou dos Estatutos.
- 2. A Comissão de Nomeações e Avaliação reunirá duas a quatro vezes por ano e extraordinariamente, sempre que for convocada pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de dois membros do Conselho de Administração ou qualquer membro da Comissão de Nomeações e Avaliação.
- 3. Sem prejuízo dos casos de força maior ou de reconhecida urgência, a convocatória deve ser enviada com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo ainda a respetiva ordem de trabalhos e documentação de suporte para as deliberações ser enviada aos membros da Comissão com uma antecedência de cinco dias úteis. A documentação mencionada deverá ser elaborada em português ou, caso algum membro da Comissão o requeira, em inglês ou acompanhada pela respetiva tradução em língua inglesa, e deve ser enviada a cada um dos membros, por carta ou correio eletrónico com recibo de entrega.
- 4. Qualquer membro pode requerer a inclusão de novos pontos na ordem do dia com uma antecedência mínima de dois dias relativamente à respetiva reunião, entregando antecipadamente ao Presidente, sempre que possível, a documentação de suporte para que a mesma seja enviada aos restantes membros da Comissão. O Presidente da Comissão deve informar se aceita os novos pontos no início da reunião e, em caso de recusa, esta deverá ser justificada.
- 5. Os membros da Comissão de Nomeações e Avaliação que não possam estar presentes na reunião podem, em caso de deliberação considerada urgente pelo Presidente, expressar o seu voto por carta ou email a este dirigido, o qual apenas será válido para tal reunião.



- 6. Qualquer membro da Comissão de Nomeações e Avaliação pode fazer-se representar nas reuniões desta Comissão por outro membro da Comissão de Nomeações e Avaliação, mediante carta dirigida ao seu Presidente, a qual apenas será válida para tal reunião.
- 7. Em cada reunião da Comissão de Nomeações e Avaliação, nenhum dos membros pode simultaneamente representar mais do que um outro membro.
- 8. As reuniões da Comissão de Nomeações e Avaliação são presididas pelo Presidente que conduzirá os trabalhos. No caso de ausência, a Comissão deverá designar um membro que, em alternativa, conduzirá os trabalhos.
- 9. O conteúdo das reuniões da Comissão de Nomeações e Avaliação tem natureza confidencial, assim como toda a documentação relativa à sua preparação e realização.
- 10. Podem ser chamados a participar nas reuniões da Comissão de Nomeações e Avaliação membros dos órgãos sociais, colaboradores das sociedades do Grupo REN, os seus consultores, e outras partes interessadas sempre que a Comissão de Nomeações e Avaliação considere que a sua presença é necessária ou conveniente ao bom andamento dos trabalhos.

ARTIGO 5.º

(Quórum e deliberações)

- A Comissão de Nomeações e Avaliação apenas pode deliberar quando esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.
- 2. As deliberações da Comissão de Nomeações e Avaliação serão tomadas por maioria simples dos votos emitidos.
- O Presidente da Comissão de Nomeações e Avaliação tem voto de qualidade em caso de empate na votação.
- 4. Os membros da Comissão de Nomeações e Avaliação devem cumprir, a todo o tempo,



com as disposições legais aplicáveis em matérias de conflitos de interesse, e, em particular, nenhum membro da Comissão de Nomeações e Avaliação pode participar ou votar em discussões e deliberações relacionados com a sua própria avaliação.

- 5. No caso de o Presidente do Conselho de Administração ser também Presidente da Comissão Executiva e membro da Comissão de Nomeações e Avaliação, este não deverá votar em deliberações relativas à avaliação e nomeação de membros não executivos do Conselho de Administração.
- 6. A ata de cada reunião e a respetiva tradução em língua inglesa deve ser elaborada pelo Secretário da Sociedade, e na sua ausência pelo seu suplente, permitindo conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros e deve ser assinada por todos os que nela tenham participado.
- 7. A Comissão de Nomeações e Avaliação deverá enviar as suas convocatórias e atas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria.
- 8. A Comissão de Nomeações e Avaliação deve prestar aos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria atempadamente todas as informações que lhe sejam solicitadas em relação ao desempenho da sua atividade.

ARTIGO 6.º

(Consultores Externos e Relatório Anual)

- 1. A Comissão de Nomeações e Avaliação pode contratar consultores externos com vista à prossecução das suas funções, devendo para esse efeito aprovar no final de cada exercício uma proposta de orçamento a apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva para o exercício seguinte, que discrimine as verbas necessárias ao seu funcionamento.
- A Sociedade deve assegurar os recursos financeiros, incluindo despesas administrativas ordinárias, e os meios humanos, técnicos e materiais necessários ao exercício das competências desta Comissão.



- Os consultores externos deverão ser designados de entre entidades reconhecidas no mercado como possuindo as capacidades necessárias para o exercício das suas competências.
- 4. A Comissão de Nomeações e Avaliação informará o Conselho de Administração da sua atividade, elaborando para o efeito relatório anual sobre a sua atividade e sobre a sua avaliação da mesma, o qual deverá ser enviado ao Conselho de Administração até ao fim de março do ano seguinte.

ARTIGO 7.º

(Alterações)

- O presente Regulamento só pode ser modificado pelo Conselho de Administração quando tal for solicitado por dois dos seus membros ou pela própria Comissão de Nomeações e Avaliação.
- Qualquer proposta de alteração ao presente Regulamento deverá ser acompanhada de um relatório fundamentado.
- 3. Quaisquer alterações ao presente Regulamento devem ser aprovadas pela maioria dos administradores, presentes ou representados.
- 4. O presente Regulamento e as respetivas alterações deverão ser publicados no *website* da Sociedade.

ARTIGO 8.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de 25 de julho de 2024 e entra imediatamente em vigor.